

RIO BRANCO E A POLÍTICA ARMAMENTISTA: A REPERCUSSÃO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

Adelar Heinsfeld*

Rio Branco, como Ministro das Relações Exteriores, ao estabelecer as diretrizes de sua política internacional, vai preocupar-se com a segurança e a defesa do território que ajudou a configurar. O processo de reaparelhamento da marinha de guerra nacional foi o resultado desta sua preocupação, fazendo surgir a carreira armamentista entre Brasil e Argentina no início do século XX. Essa corrida armamentista não é um fato descontextualizado do momento internacional vivido a época em que Rio Branco foi Ministro. Nas formulações geopolíticas da época o armamentismo ocupava o primeiro plano. A partir da relação “*Nós-Eles*”, a preocupação com o “inimigo” que está do outro lado da fronteira é uma das variáveis da Geopolítica.

Para Raymond Aron “o diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra.” Por isso, “as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz.”¹

Este discurso era empregado por Rio Branco, quando afirmava que “diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio”. Apesar de dizer-se partidário da paz, via como legítimo o uso da força para vingar um direito agredido. Assim, para responder “à violência com a violência”,² o soldado tomaria o lugar do diplomata e seria necessário dispor de uma força capaz de impor-se frente ao agressor.

Antes de tornar-se Ministro de Estado, em várias oportunidades, Rio Branco demonstrou interesse pelos assuntos relacionados aos mecanismos que garantem a Segurança Nacional, seja como estudante³, seja como diplomata.

Em 1882, enquanto cônsul em Liverpool, Rio Branco externava a preocupação com a Segurança Nacional, considerando a Argentina. Ao Barão de Penedo, escrevia:

* Doutor em História pela PUCRS. Docente permanente do PPGH/UPF (Universidade de Passo Fundo-RS)

¹ ARON, Raymond. *Guerra e Paz Entre as Nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986, p. 52.

² RIO BRANCO. Discurso proferido no Itamaraty, na homenagem prestada pelo Exército: 10.11.1906. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948, p. 102-104.

³ RIO BRANCO. Discurso proferido Quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op. Cit., p. 221.

“Penso que tratando desta nova e gravíssima complicação devemos mostrar firmeza, embora estejamos sem esquadra, sem torpedos, e sem exército, por que fazendo cara feia al enemigo, talvez este recue, acreditando que estamos muito fortes e valentes.”⁴ Não possuindo força militar, era imprescindível fazer o inimigo acreditar numa força inexistente. A mesma preocupação aparece quando, no mesmo mês, escreveu a Joaquim Nabuco: “achamo-nos assim, á mercê da República Argentina, sem exército, sem esquadra e sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso. Pensa-se no Brasil que cantando o Brava gente brasileira podemos vencer os argentinos.”⁵ Logo depois, esta sua preocupação era compartilhada com o Barão Homem de Mello: “Fico muito inquieto com nosso negócio de Missões, por que se os argentinos aproveitarem a ocasião teremos de passar por grandes vergonhas. Não temos esquadra, não temos torpedo, não temos exércitos, e os argentinos tem tudo isso.”⁶

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco alertava que não serviria a nenhum partido, expressando o desejo de ver o Brasil como uma nação unida, forte e respeitada, não apenas no Continente, mas no mundo.⁷ Deixa explícita, como estadista, sua preocupação com o fortalecimento do Estado, bem como com a Segurança Nacional.

Como ministro, Rio Branco concebia uma marinha de guerra forte como instrumento da sua política internacional. Esta postura era decorrente do contato que teve com as idéias de Ratzel⁸ e Mahan⁹, que estavam sendo discutidas na Europa e EUA, respectivamente, quando lá esteve, na qualidade de diplomata, servindo o Brasil.

Na Mensagem Presidencial de 1904, de Rodrigues Alves, fica latente a posição de Rio Branco: “A nossa Marinha não está aparelhada para satisfazer as justas

⁴ Carta de Liverpool, 5 de agosto de 1882. In: VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, p. 113 (sublinhado no Original).

⁵ Carta de Liverpool, 29 de agosto de 1882. In: VIANA FILHO, L. Op. cit., p. 114 (sublinhado no original).

⁶ Carta de Liverpool, 5 de setembro de 1882. In: VIANA FILHO, L. Op. cit., p. 114.

⁷ RIO BRANCO. Discurso proferido no Clube Naval, 01.12.1902. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op. cit., p. 52.

⁸ O geógrafo alemão na defesa que fazia de um Estado poderoso, afirmava que “os povos fortes visam alcançar o mar ou a estender sobre este seu domínio.” (RATZEL, F. *Geografia do Homem (Antropogeografia)*. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990, p. 102.

⁹ MAHAN, Alfred Thayer. *Influencia del Poder Naval en la Historia*. Buenos Aires: Editorial Partenon, 1946.

aspirações do povo brasileiro que a deseja converter em importante fator de defesa nacional.”¹⁰

Na visão de Rio Branco, o Brasil estava isolado na América Latina, cercado de inimigos em potencial: “contra o Brasil há na América espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador. No México e na América Central.”¹¹ Nota-se aí que as preocupações com o fortalecimento dos mecanismos de defesa, por parte de Rio Branco, eram um complemento às suas ações no estabelecimento das fronteiras territoriais.

Com todos os potenciais inimigos, o país precisava sempre estar preparado, pois, “a paz não depende somente da nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados” Para impedir qualquer agressão “é preciso que estejamos preparados para a imediata e eficaz repulsa, e para isso é necessário que estejamos aparelhados com todos os elementos necessários á defesa nacional”. Rio Branco via a necessidade de modernizar as forças de defesa, para acudir rapidamente “aos pontos ameaçados nas nossas fronteiras ou no nosso vastíssimo litoral”.¹²

A Argentina era a maior preocupação.¹³ No entanto, a preocupação existia também em relação aos outros países com os quais o Brasil tinha problemas fronteiriços.

Durante as negociações da fronteira territorial com o Peru, defendia a “necessidade de encomendarmos já e já dois bons encouraçados, porque o Peru pode romper conosco logo que haja feito as suas encomendas” Para o Brasil não ser surpreendido, propõe “comprar já o Chacabuco aos chilenos. Há patriotismo nesta terra, e o Congresso e a nação sem dúvida aprovarão a todos os atos de previdência praticados com o fim de evitar a guerra”.¹⁴

Com a posse do governo de Afonso Pena, o ministro das Relações Exteriores lamentava ao seu novo colega de ministério, o almirante Alexandrino de Alencar:

¹⁰ ACD. Mensagem Presidencial de Rodrigues Alves – 1904.

¹¹ AHI. Despacho à Embaixada do Brasil em Washington

¹² RIO Branco. Discurso proferido no Quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO. *Discursos*, op. cit., p. 233.

¹³ AHI. Despacho para a Embaixada brasileira em Washington, 12.12.1906; Telegrama para a Embaixada brasileira em Washington, 07.12.1908.

¹⁴ AHI. Ofício de Rio Branco a Julio de Noronha, 12.05.1904.

Desde 1903 tenho pedido que cuidemos rapidamente de ter no Amazonas uma flotilha numerosa e eficaz, em caso de necessidade de conter os nossos vizinhos peruanos, os quais muito metodicamente e com todas as possíveis reservas se vão armando [...] Estamos na Amazônia em condições de inferioridade que hão de tornar mais intransigentes os nossos contendores.¹⁵

Os lamentos chegavam à raia do desespero; em nova correspondência ao ministro da marinha, questionava: “Quando teremos aqui uns 16 destroyers? Dentro de dois meses? E uma esquadilha de 16 canhoneiras protegidas em mato Grosso e dois bons encouraçados de rio? Dentro de 4 meses? E no Amazonas, uma boa flotilha de canhoneiras protegidas? Antes do fim do ano? E dois bons navios de combate comprados para esperar os três grandes?” Concluía seu lamento ao colega de ministério: “*Si vis pacem...*”¹⁶

No final de 1908, ano difícil nas relações com a Argentina, Rio Branco queixava-se à Domicio da Gama, que “quanto ao nosso estado de defesa: É o mais lastimável possível.” Enquanto o programa naval brasileiro estava em execução, “poderia o tresloucado Governo Alcorta pensar em alguma agressão ao Brasil”. Diante desta ameaça, Rio Branco sugeriu ao presidente Rodrigues Alves a compra de navios de guerra ingleses, “compra que nos daria logo esquadra superior à Argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto”. No entanto, queixava-se: “Nada consegui”. A preocupação de Rio Branco não era somente em relação às forças navais: “por terra não estamos em menos deploráveis condições.” Linhas telegráficas em construção, ferrovias e estradas projetadas, miseráveis picadas, tudo era considerado estratégico pelos vizinhos. E concluía desolado: “com isso tudo, nada temos.”¹⁷

A dar crédito ao que escreveu à Domicio da Gama, ele não influenciou na adoção dos planos de rearmamento naval. “Não fui ouvido sobre o primeiro plano naval, nem tampouco sobre o segundo.” A análise que faz dos dois planos navais é sob o ponto de vista estratégico:

Pelo primeiro teríamos seis encouraçados; pelo segundo deveríamos ter três muito maiores. Com isso e o barulho que faz pela imprensa, assustamos a Argentina. Com seis encouraçados estaríamos melhor. Poderiam operar no Rio da Prata. Se perdêssemos um ou dois em combate, ficariam quatro ou cinco

¹⁵ AHI. Ofício reservado nº 9, de Rio Branco à Alexandrino de Alencar, 16.10.1907,

¹⁶ AHI. Ofício confidencial (minuta) de Rio Branco à Alexandrino de Alencar, 20.03.1908.

¹⁷ AHI. Despacho 31 - à Legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.

para combater. E com os três monstros? Desarranjados ou destruídos 2, ficaríamos apenas com um.¹⁸

Em homenagem feita pelo exército, Rio Branco deixa claro a adesão ao princípio da paz armada: “o nosso amor a paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas”.¹⁹

Em outro momento, nos últimos meses de vida, continuava a acreditar no mesmo princípio: “não se pode ser pacífico sem ser forte”. E acrescentava: “Querer a educação cívica e militar de um povo [...] não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.”²⁰

Um dos seus secretários, Araujo Jorge, ao escrever sobre seu ex-chefe, afirmou que as ações de Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores objetivavam “a reconquista da antiga hegemonia política e militar que o Brasil manteve, em outros tempos”.²¹

A repercussão das preocupações de Rio Branco com o reaparelhamento da marinha de guerra e, por conseguinte, da defesa nacional, foi intensamente discutida no Congresso Nacional brasileiro, bem como por toda a imprensa nacional.²²

Na Câmara dos Deputados, em maio de 1904, o Deputado Alves Barbosa (BA)²³ preconizava a necessidade de desenvolver “*a força naval e os elementos preparadores dessa mesma marinha*”.²⁴ A Comissão de Marinha e Guerra, da Câmara dos Deputados, alertava que a Argentina e Chile já haviam adquirido “*formidáveis armamentos navais*”.²⁵ Em 07 de junho de 1904, quando o Deputado Laurindo Pitta (RJ) apresenta o

¹⁸ AHI. Despacho 31 - à Legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.

¹⁹ RIO BRANCO. Discurso proferido na homenagem prestada pelo exército: 10.11.1906. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op.cit.,

²⁰ RIO BRANCO. Discurso proferido no Clube Militar: 15.10.1911. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op. Cit.

²¹ JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 210.

²² HEINSFELD, Adelar. A Imprensa Brasileira diante da corrida armamentista entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. In: *Anales de 1º Congreso de Relaciones Internacionales del IRI*. La Plata: IRI, 2002. CD-ROOM.

²³ Alves Barbosa foi Ministro da Marinha de 21.11.1896 a 15.11.1898.

²⁴ ACD. Sessão de 15.05.1904.

²⁵ Id. Ibid.

projeto de um programa de rearmamento naval, ao justificá-lo indaga: “*E que nacionalidade poderá ter a pretensão de se manter livre, sem estar convenientemente armada?*” Deixa bem explícita a fonte de inspiração para este projeto: “*Mahan, notável almirante americano, que mais profundamente iluminou a história naval*”. O projeto de rearmamento tem um objetivo: “*realizaremos a única aspiração que temos - alcançarmos a supremacia sul-americana.*” Assim, segundo o deputado, estaria garantida também a defesa comum do continente, contra as pretensões de outras nações armadas.²⁶ Em outro momento expõe o motivo pelo qual o Brasil deveria armar-se: “*falta de patriotismo quem o não armar para afrontar a Argentina.*” Por outro lado, imbuído do espírito da época, afirmava que “*o abandono do mar nos exclui do convívio das nações, que só entendem a linguagem armada.*”²⁷

O deputado Barbosa Lima (RS) salienta a necessidade de planejar as ações que envolvessem a segurança nacional e a integridade territorial. Defendia que as guerras não eram mais ganhas por heroísmo. Seriam necessários “*esforços continuados*” e uma longa “*educação profissional*”.²⁸ Criticava, porém, o tamanho dos navios pretendidos. Alegando que Argentina e Chile estavam se desfazendo dos navios de grande tonelagem, questionava: “*é neste momento que nós queremos adquirir couraçados de 12.500 toneladas?*”²⁹

Alguns deputados demonstravam preocupação com os gastos excessivos com o rearmamento. É o caso do deputado Urbano Santos (MA), relator da Comissão de Orçamento, reclamando que “*já despendemos com o nosso exército e com a nossa marinha mais de 25% da nossa receita, não incluídos no cálculo da despesa os créditos suplementares e extraordinários que esses serviços sempre requerem.*” Estes gastos representavam uma proporção maior da receita do País, comparando com a Argentina e os Estados Unidos.³⁰ Porém, a comissão considera que o país não deve “*ser indiferente ao preparo dos recursos indispensáveis à sua própria defesa*”. Assim, para não abalar as finanças do país, a Comissão propõe um prazo de nove anos para a execução do

²⁶ ACD. Sessão de 07.06.1904 (grifo nosso).

²⁷ ACD. Sessão de 24.08.1904.

²⁸ ACD. Sessão de 15.06.1904.

²⁹ ACD. Sessão de 23.08.1904.

³⁰ ACD. Sessão de 16.09.1904.

projeto.³¹ No parecer final, emitido pela Comissão, é incorporado outro elemento para justificar o rearmamento nacional. “*A bandeira imperialista desfralda-se aos quatro ventos do mundo, ameaçando a independência dos povos fracos*”, colocando em risco a existência de nações que, “*criminosa inercia e requintada imprevidencia*”, não pudessem opor eficaz resistência aos conquistadores inimigos.³²

Como se fosse um lema, a Comissão de Marinha e Guerra traduz o sentimento existente no seio dos órgãos governamentais e da opinião pública: “*preparemo-nos para a guerra, se queremos a paz.*” Na forma de um apelo inabalável, conclui seu parecer: “*povo que não cuida da sua defesa e adormece a sonhar glórias efêmeras, enervado pelo filtro que a inércia lhe goteja no cérebro despreocupado, é um povo indiferente á sua missão histórica no planeta que habita; é um povo, em suma, que se envilece, que se destrói, que se mata pelas próprias mãos, cometendo o pior dos suicídios – o suicídio moral.*”³³

O projeto Laurindo Pita é aprovado na Câmara dos Deputados e na discussão subsequente, ocorrida no Senado Federal, também fica explícita a influência das idéias geopolíticas Alfred T. Mahan.³⁴ O parecer da Comissão de Finanças do Senado era que

*“O Brasil, pela extensão extraordinária do seu litoral, pela vastidão do seu território, cuja uberdade está em justa proporção com as riquezas naturais nele contidas, e, ainda mais por sua situação geográfica, é, não há dúvida, um país que carece com empenho de aparelhar-se como potência naval não lhe sendo lícito recuar ou parar neste terreno, salvo se a tanto for abrigado por escassez de recursos.”*³⁵

Ao analisar o projeto de reaparelhamento da marinha, o senador Joaquim Catunda (CE) expressava: “*pertenço ao número dos que mais desejam ver o Brasil convenientemente dotado de uma grande esquadra, porque pertenço ao número daqueles que estão convencidos de que a força das nações marítimas depende essencialmente do seu poder naval.*” Mas não bastava grandes e modernos navios de

³¹ ACD. Sessão de 21.09.1904.

³² ACD. Sessão de 11.10.1904.

³³ Id Ibid.

³⁴ Mahan considerava essenciais para o estabelecimento do Poder Naval, entre outros elementos, a posição geográfica, a conformação física e a extensão territorial do Estados. (MAHAN, A. Op. cit., p. 40-58).

³⁵ ASF (Anais do Senado Federal). Sessão de 22.11.1904.

guerra. Era necessário, preparar o elemento humano para que a nova marinha de guerra fizesse do Brasil “*a primeira potência Naval da América do Sul, por que está em condição de o ser.*”³⁶ O senador A. Azeredo (MT) seguia o mesmo raciocínio, apelando para que o senado votasse favoravelmente, “*autorizando o governo a adquirir elementos para a esquadra moderna, de modo a nos colocar na posição que tínhamos há vinte anos - a supremacia naval no continente sul-americano.*”³⁷ Propunha ainda, que se mandassem oficiais da marinha aos estaleiros europeus, afim de estudarem os novos navios e as novas concepções de guerra. Por sua vez, o senador Francisco Glycerio (SP) argumentava que o governo brasileiro não cogitava conquistar a supremacia no mar, na América do Sul. “*O governo do Brazil deseja naturalmente armar-se para a sua defesa, na proporção justa e precisa das suas necessidades militares e políticas.*”³⁸

O projeto de rearmamento naval, proposto pelo deputado Laurindo Pitta, foi aprovado também pelo Senado Federal, em dezembro de 1904, mas a discussão continuou.

No ano seguinte, o senador Joaquim Catunda (CE) volta a insistir na necessidade do Brasil ser dotado de um poder naval. Externava suas “*mais ardentes aspirações*”, para que a marinha brasileira fosse olhada com respeito pelos países vizinhos. Queixava-se que no Brasil, “*a imprevidência foi de tal modo que, de potencia de 1ª classe que éramos na América do Sul, retrocedemos e hoje ocupamos, por mero favor, o terceiro lugar.*”³⁹ Também o senador Ruy Barbosa (BA), preocupado com o poder naval brasileiro, defende a necessidade de reorganização do Arsenal da Marinha, que deveria ficar no porto do Rio de Janeiro.

Ruy Barbosa defende com veemência o papel do Estado na construção deste Arsenal. Não poderia o governo de uma nação civilizada “*entregar um arsenal de marinha, isto é, um instrumento de guerra, uma praça marítima, um meio de defesa nacional, à exploração da indústria particular.*”⁴⁰ Esperava que o “*espírito dos*

³⁶ ASF. Sessão de 10.12.1904.

³⁷ Id. Ibid.

³⁸ Id. Ibid.

³⁹ ASF. Sessão de 26.09.1905.

⁴⁰ ASF. Sessão de 23.12.1905.

honrados senadores” impedisse a construção por uma empresa privada. A presença de engenheiros do estaleiro inglês Armstrong para examinar o local, para Ruy Barbosa, fazia com que *“na história destes fatos este episódio ficará assinalado como um exemplar notável da imprudência e irreflexão com que entre nós se procede na solução dos maiores problemas nacionais.”*⁴¹ Ruy Barbosa lembrava que sua preocupação com a defesa nacional vinha desde o tempo que estava no exílio, quando escreveu que *“com uma esquadra aniquilada, a doce paz dará em ilusão inepta”* e que portanto, *“o poder naval é a florescência da civilização”*.⁴² Para corroborar, trazia aos colegas do Senado a opinião de Alfred Mahan, citando trechos das obras **Influence of sea power upon History** (1894) e **The Interest of America in sea Power** (1895).⁴³

Enquanto isso, a Argentina previa a aquisição de navios couraçados de 14.000 toneladas. A possibilidade da Argentina possuir navios maiores que os brasileiros, e a guerra entre Japão e Rússia, em que ficou demonstrado a utilidade dos grandes navios, fez com que o programa naval brasileiro fosse modificado em 1906, prevendo navios mais poderosos.

O senador Belfort Vieira (MA), analisando o programa naval brasileiro salienta que outros países elevaram a capacidade dos seus navios para 19.000-20.000 toneladas. Então, *“não é patriótico que o Brasil se aherre às 13.000, ficando destarte, em pé de inferioridade quanto aqueles países, e sendo indiferente a grande lição da guerra russo-japonesa.”*⁴⁴ Propõe que se eleve à 18.000 toneladas os couraçados tipo Dreadnought, encomendados aos estaleiros ingleses de Armstrong. O senador Alexandrino de Alencar (AM), embora discordando quanto ao modelo de navio a ser adotado, também defendia o aumento de tonelagem dos futuros navios da armada brasileira. Informava que uma comissão naval Argentina havia indicado ao seu país a aquisição de navios de 18.000 toneladas. Para ele, os oficiais argentinos *“são bem preparados, inteligentes e não eram capazes de aconselhar para a sua pátria aquisição de navios de 13.000 toneladas, batidos na batalha de Tsu-Shima. Eles não são*

⁴¹ ASF. Sessão de 14.08.1906.

⁴² BARBOSA, Ruy. **Cartas de Inglaterra**, 1896, apud ASF. Sessão de 21.08.1906.

⁴³ ASF. Sessão de 21.08.1906.

⁴⁴ ASF. Sessão de 01.09.1906.

rotineiros.” Numa forma de desabafo acrescentava: “*O que nos mata é a rotina. Agarramo-nos a ela e não há meio de deixá-la.*”⁴⁵

Na Câmara dos Deputados a discussão também continuava. O deputado Jesuíno Cardoso (SP), lendo em plenário trechos da obra de Alfred Mahan, defendia que o Brasil deveria possuir uma esquadra que satisfizesse as necessidades continentais. “*Vivendo na América do Sul, devemos atender a nossa situação geográfica e posição política.*” Um pronunciamento do Ministro da Marinha, sobre o aumento do tamanho dos navios teria servido como “*um brado de alarma, que repercutiu em todo o país, erguendo a opinião pública, que se pronunciou pela urgente adoção de um plano de pronta aplicabilidade prática a essa parte da defesa do país.*”⁴⁶

Na mensagem presidencial de 1907, Afonso Penna deixava claro a necessidade do país estar aparelhado para a defesa da honra e da dignidade nacional. Ressaltava, no entanto, que “*não somos povo guerreiro, nem nos animam veleidades de agressão contra nossos vizinhos, com os quais mantemos tradicionais relações de amizade, que desejamos ver cada vez mais estreitas.*” Dizia ser “*animador e salutar*” o movimento da opinião pública favorável ao projeto de serviço militar obrigatório e à pretendida reorganização militar. Deixava implícito que era necessário entrar na corrida armamentista: “*não nos é lícito abrir exceções, sem correr o risco de sacrificar o lugar que nos cabe no concerto das nações.*”⁴⁷ Somente um Estado forte, com uma indiscutível força armada teria voz ativa no cenário da política internacional daquele momento.

Em 1908 as relações entre o Brasil e a Argentina tornaram-se tensas, principalmente pela questão do chamado **telegrama nº 9**,⁴⁸ e um conflito armado entre os dois países passou a ser seriamente considerado. Assim, o deputado José Carlos (RS) levantava um brado: “*o Brasil terá de ser forçosamente uma grande potência naval na América do Sul.*”⁴⁹ Para isto, teria a necessidade de possuir um grande arsenal, um porto militar e tudo quanto necessita ter um país que é obrigado a manter um grande poder

⁴⁵ ASF. Sessão de 17.09.1906.

⁴⁶ ACD. Sessão 17.07.1906.

⁴⁷ ACD. Mensagem Presidencial de Afonso Penna. Sessão de 07.11.1907.

⁴⁸ Incidente diplomático decorrente da falsificação, por parte de Estanislau Zeballos, ministro argentino, de mensagem dirigida, telegraficamente, por Rio Branco, à Legação Brasileira em Santiago.

⁴⁹ ACD. Sessão de 31.10.1908.

naval. Em outro momento, voltava a afirmar: “o Brasil, tem o direito justo de vir a ser uma potência naval de primeira ordem.”⁵⁰

O deputado Eduardo Sócrates (MG), combatendo a posição do relator da comissão de Orçamento, apologista da paz, indagava se era lícito o Brasil ficar de braços cruzados “quando as repúblicas vizinhas se armam impoderadamente? Seria lícito ao Brasil deixar de fazê-lo também?” Para ele, conflitos internacionais surgem a qualquer momento e a nação precisa estar preparada para não ser colhida desprevenida e incapaz de opor resistência. “Não será no momento em que as nossas fronteiras se virem invadidas que poderemos providenciar no sentido de deter as avançadas inimigas.”⁵¹

No entanto, no seio do Poder Legislativo havia vozes discordantes. É o caso do Deputado João de Siqueira Cavalcanti (PE) que criticava estadistas que “criando essas esquadras que são o tormento da Europa”, impõe no continente americano “essa suspeita de que nossa política exterior é imperialista, com verdadeiro abandono dos mais altos interesses da Nação.” Indagava qual teria sido o papel de Rio Branco no processo de reorganização da armada nacional. “Se S. Ex. interveio, se a provocou, atirou uma mentira à face do mundo depois da nossa vitória em Haya,... ‘a supremacia da força do direito sobre o direito da força’” e, se não interveio, possibilitando que a “Paz Armada” fosse adotada, “errou, por que o seu dever era intervir, evitando o grande desastre.”⁵² Irineu Machado (DF) usa o mesmo raciocínio, apontando contradições na política de Rio Branco: “lá fora, pacifista, e de ponto em branco entoando lóas à paz universal”. Porém, internamente, havia imposto “a pílula do militarismo com a respectiva candidatura Hermes”, ou ainda “cavalgando o pretendente militar, pagando as falcatruas dos dreanoughts, pretendendo reorganizar o Exército e a marinha, aumentando as forças de mar e terra, artilhando portos e costas e preparando o espírito dos beócios para uma guerra em que só eles teriam o que perder sacrificando a vida, a fortuna e o bem estar.”⁵³ Dizia que Rio Branco pretendia ser uma espécie de Metternich americano, partidário do militarismo, e que seguia

⁵⁰ ACD. Sessão de 24.12.1908.

⁵¹ ACD. Sessão de 02.12.1909.

⁵² ACD. Sessão de 20.04.1910.

⁵³ ACD. Sessão de 17.06.1910.

*“distribuindo sorrisos e abraços, o ilustre chanceler vai por aqui comprando os seus dreadnoughts e armando as suas fortalezas.”*⁵⁴ Afirmava que *“o Sr. Barão do Rio Branco aplaudiu o marechal Hermes para preparar a guerra com a Argentina.”*⁵⁵ Achava estranho que Rio Branco, um militarista fosse apontado como um candidato ao Prêmio Nobel da Paz.⁵⁶

Ao deputado Eduardo Sócrates (MG), que anteriormente havia defendido o rearmamento, preocupava a corrida armamentista.⁵⁷ Responsabilizava Rio Branco pelo programa naval que pretendia dotar o Brasil de uma esquadra superior as das outras nações da América do Sul: *“S. Ex. entrou no caminho das competições militares e o resultado desta política não se fez esperar: a Argentina imediatamente entendeu aumentar a tonelagem da sua esquadra, mandando construir dois couraçados de tonelagem superior a dos nossos.”* Apontava uma grave conseqüência do plano de rearmamento naval: *“vivermos continuamente a competir com a Argentina, a porfiar com ela, aumentando a tonelagem da nossa esquadra, toda vez que ela aumentar a sua.”* Além do problema do armamentismo, Eduardo Sócrates ressaltava outro: a *“prosperidade econômica e financeira”* brasileira, não permitia acompanhar a Argentina no aumento da tonelagem dos navios da esquadra nacional.⁵⁸

Eduardo Sócrates afirmava que Rio Branco teria influenciado o presidente Afonso Penna para nomear Alexandrino de Alencar como Ministro da Marinha: *“uma das primeiras conseqüências dos influxos do sr. Barão do Rio Branco no espírito fraco do sr. Alexandrino de Alencar, [foi] no sentido de nos conduzir a esta política de competição em que francamente, nos empenhamos contra nações amigas, situadas no nosso continente.”*⁵⁹

Para o deputado Barbosa Lima (DF), A política internacional de Rio Branco era resultado de *“intrigas irritantes, e das provocações mal disfarçadas, atizadas por uma mentalidade intoxicada pelas prevenções imperiais e desviadas por preconceitos suspicazes, ao serviço inconsciente da demagogia diplomática ou do insensato*

⁵⁴ ACD. Sessão de 30.06.1910.

⁵⁵ ACD. Sessão de 02.07.1910.

⁵⁶ ACD. Sessão de 30.08.1911.

⁵⁷ ACD. Sessão de 09.11.1910.

⁵⁸ ACD. Sessão de 22.11.1910.

⁵⁹ ACD. Sessão de 28.11.1910.

'jingoismo'." Embora Rio Branco fizesse elogios à paz e à concórdia, nos bastidores atuava para favorecer interesses militaristas *"alimentando-os na imprensa oficiosa e nas bisbilhotices ministeriais a campanha de difamação contra todos os que na diplomacia ou fora dela não batem palmas aos desvarios imperialistas"*.⁶⁰

Em defesa da política de Rio Branco muitas vezes ergueram-se no seio do Congresso Nacional. O deputado Demócrito Gracindo afirmava que *"Rio Branco não é imperialista; não é o pretensioso, não é o homem orgulhoso de predomínio que tem na sua pátria."*⁶¹ Thomaz Cavalcanti (CE) admirador e partidário da paz armada, exclamava enfaticamente: *"si vis pacem para bellum."*⁶² Para o deputado Afonso Costa (PE), embora a época fosse de *"protestos de paz e concórdia universal"*, o mais leve choque de interesses serviria para quebrar laços que pareciam sólidos, *"ficando de pé única e exclusivamente, como suprema razão, a palavra dos fortes e a opinião dos que podem arrastar atrás de si o prestígio das grandes esquadras e o peso da mais eficaz organização militar."*⁶³

* * *

Rio Branco foi o que podemos chamar de "Homem de Estado" e "Homem do seu tempo". Antenado ao espírito da sua época, preconizava um Estado forte, dotado de mecanismos de defesa condizentes com o papel que o país deveria desempenhar. Suas ações e práticas, na tomada de decisões que envolviam a política internacional, evidenciavam concepções geopolíticas, que visavam justamente fortalecer o Estado brasileiro.

Um Estado forte teria que ter, necessariamente, elementos materiais que garantissem sua defesa. No início do século XX, possuir forças militares poderosas foi a tônica que moveu as relações entre os Estados. Cada Estado passou a armar-se em nome da defesa nacional, o que ficou conhecida como a política da "paz armada".

A preocupação de Rio Branco com a defesa refletia-se em vários setores da opinião pública nacional. Por outro lado, também representava os anseios desta opinião

⁶⁰ ACD. Sessão de 19.10.1911.

⁶¹ ACD. Sessão de 02.08.1911.

⁶² ACD. Sessão de 19.09.1911.

⁶³ Id. Ibid.

pública em relação a este tema, de primordial importância para a nação brasileira naquele momento.

De forma geral, o Congresso Nacional funcionou como caixa de ressonância para a política estabelecida por Rio Branco. A preocupação com o rearmamento refletia o espírito da época, formando uma “mentalidade armamentista” e o Congresso Nacional brasileiro apenas refletiu esta mentalidade.